

* **Artigo Original**

Comissão Rondon e a representação da identidade Paresí: um diálogo através de fotografias

Luciana Alves Barbio

Mestre em Sociologia e Antropologia / UFRJ, especialista em Fotografia como instrumento de pesquisa nas Ciências Sociais / UCAM e atualmente trabalha como assistente de pesquisa no ICICT / FIOCRUZ.

DOI:10.3395/receis.v5i1.495pt

Resumo

Este trabalho discute o papel da fotografia na construção da identidade da sociedade indígena Paresí. Através do discurso sobre um período histórico considerado ideal pelos indígenas – a Comissão Rondon – a pesquisa contrapõe a visão oficial do projeto ao discurso Paresí sobre o tema. A memória sobre Rondon é usada para apresentar as questões atuais do grupo. A fotografia constitui um importante suporte à história de diferentes grupos. Entre os Paresí, desempenha um papel ligando a história à memória, construindo a base para a transmissão do conhecimento não somente entre os indígenas, mas também para membros de outras sociedades indígenas e não-indígenas.

Palavras-chave: Identidade, Fotografia, Sociedades Indígenas, Representação, Comissão Rondon.

A Comissão Rondon e a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios)

A “Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”, iniciada em 1907, foi um projeto da República recém instaurada no Brasil, com o objetivo de assegurar a comunicação da capital, no Rio de Janeiro, com os estados desde o Mato Grosso até o Amazonas. Visava a demarcar os principais pontos estratégicos do país, permitindo a comunicação e vigilância nas regiões de fronteira. Imbuída dos valores positivistas e republicanos, a Comissão ultrapassa o propósito da construção de telégrafos para tornar-se representativa pelo seu contato com as populações indígenas, criando o primeiro órgão governamental de assistência aos índios, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), que seria posteriormente substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que atua até hoje.

Esse projeto se encaixava na perspectiva do governo de promover a integração nacional, através do mapeamento das regiões mais distantes da capital, possibilitando a interligação entre essas áreas. A realização dessa missão foi feita por uma equipe de militares, liderada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O fato de Rondon ter comandado por mais de trinta anos essa missão, tendo implementado uma gestão um tanto quanto personalista, uma vez que redigia os relatórios e estava sempre presente nas imagens produzidas na época, fez com que o projeto ficasse conhecido como Comissão Rondon.

Havia a preocupação com os estudos sobre localidades, dimensionando área, solo, riquezas, minerais, clima, florestas, rios, além de disponibilizar a instalação de futuros núcleos de povoamento. Além dos dados referentes às tribos indígenas, o material apresenta também uma ampla descrição da fauna e flora das regiões. Nesse ponto, há uma semelhança entre essa proposta e a realizada pelos viajantes naturalistas do século XIX, que também documentavam, com pinturas e relatos, áreas do interior do Brasil.

Deve-se ressaltar que séries de trabalhos científicos se realizaram durante suas viagens de exploração e foram de grande importância em áreas diversas como a cartografia, botânica, geologia, zoologia, antropologia e etnografia de populações indígenas e sertanejas, contribuindo para a institucionalização de diferentes áreas do conhecimento.

A figura do índio foi apropriada pela Comissão Rondon desde seu início, mas tomou um vulto maior depois que o objetivo inicial, a implantação da rede telegráfica, tornou-se cada vez mais sem sentido, pois o telégrafo sem fio rapidamente viria substituir as linhas telegráficas. Em um dos relatórios publicados, assinado por Rondon, assim é descrita a missão instituída aos militares:

Integrar-se-ia assim ao patrimônio nacional extenso território, dos mais ricos do país, até então impatrioticamente abandonado, dar-se-ia proteção a um grande número de patrícios nossos aborígenes, tão injustamente relegados ao mais profundo esquecimento e a mais cruel ingratidão. Dessa proteção

resultaria, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, a relação de associação com o Estado, das diferentes nações indígenas, existentes no território explorado, e consequente possibilidade de uma rápida incorporação do indígena à nossa sociedade. (Rondon, pub. 39)

Para João Pacheco de Oliveira (1999), a comissão de linhas telegráficas de Mato Grosso, dirigida por Rondon, foi o paradigma para a atuação indigenista do Estado brasileiro, inclusive na criação e funcionamento de um órgão indigenista específico – o Serviço de Proteção ao Índio – que durou de 1911 a 1967, sendo então, em virtude de inúmeras denúncias de corrupção e desmandos administrativos, substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O SPI foi o primeiro aparelho de poder

Segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1992), a *proteção oficial* manteria ao longo de toda a existência do SPI a intenção de transformar os índios em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem. A ideia de transitoriedade do índio, onde o “selvagem” poderia ser transformado num trabalhador nacional, teria o peso de um esquema mental profundamente imbricado na prática do Serviço, mesmo quando supostamente já tivesse sido abandonada enquanto suporte do exercício do poder de Estado sobre os *índios*. A noção de capacidade civil relativa, condicionada ao *grau de civilização dos índios*, apoiava-se em noções correntes no período. O resultado seria a instituição da *tutela* do Estado sobre o *status de índio* (grifos do autor).

O objetivo de transformar o índio em trabalhador nacional surge durante os relatórios da Comissão. A categoria “evolução” é presente no discurso, como algo necessário e positivo para os índios e, consequentemente, para a Nação. Além disso, a futura dependência dos índios em relação aos brancos seria pensada como uma forma de controle por parte dos agentes do governo e da comissão. Podemos exemplificar com o seguinte trecho de apresentação de um dos relatórios da Comissão Rondon:

Uma vez alcançada a transformação da atitude dos índios, de guerreira em pacífica e amistosa, é preciso cercá-los de novos cuidados, dispensando-lhes proteção eficaz contra os abusos e as más influências das relações com elementos inferiores ou mal intencionados de nossa sociedade. (...) Tais modificações não de se produzir como resultado de uma evolução cuja marcha é acelerada pelos novos instrumentos de trabalho que nós lhe fornecemos, pelas armas de fogo, pelo sal, os fósforos, o açúcar, as roupas e outras utilidades que rapidamente entram nos seus costumes, tornando-os cada vez mais dependentes das relações conosco e determinando aproximações mais íntimas de dia para dia. São essas aproximações voluntárias, espontâneas, que os vão modificando integralmente, sem sobressaltos nem perturbações. E tem-se notado que essas modificações se dão muito mais rapidamente do que se poderia imaginar (Comissão Rondon, 1916: 258 – 259).

Para isso, o Serviço se organizava em unidades de ação com distintas amplitudes territoriais e correspondentes a “etapas” diferenciadas na transição da condição de índio para trabalhador rural, desde as responsáveis pelo contato direto com os povos indígenas, com pequena amplitude de gestão espacial-administrativa, passando a unidades administrativas voltadas para determinadas zonas geográficas em que seria dividido o território republicano por motivos operacionais, até a escala nacional de gestão, responsabilidade da diretoria do Serviço.

As imagens da Comissão Rondon e o trabalho do Major Luiz Thomaz Reis

O contato com populações indígenas ocorreu durante todo o processo de instalação dos telégrafos, e foi retratado através de imagens (fotografias, filmes) e relatos (relatórios do próprio Rondon e de outros militares). A necessidade de documentar essas populações pertencentes ao Brasil e até então praticamente desconhecidas, onde faziam parte apenas do imaginário das pessoas em geral como algo distante, levou Rondon a instalar um setor de documentação em material fotossensível.

Em 1907, Rondon contratou um fotógrafo para documentar os progressos das linhas telegráficas e também as atividades diárias e os rituais dos índios, mas, segundo Pierre Jordan (1992), os resultados foram desapontadores. Em 1910, Rondon encarregou o Major Luiz Thomaz Reis de ser o fotógrafo oficial da comissão, e, em 1912, o serviço cinematográfico da comissão estava criado, com a inserção de câmeras de cinema. Por mais de vinte anos Reis filmou os grupos indígenas durante as atividades da comissão. O registro visual documenta a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal.

Para Fernando de Tacca (1999), a criação de uma seção especializada em documentação em material fotossensível foi uma ação inovadora para os padrões da época, necessitando altos investimentos e a apropriação de uma tecnologia especializada inexistente no país, principalmente se levarmos em conta que o uso desse material se daria em péssimas condições ambientais, no sentido das

dificuldades de transporte e também da alta umidade.

De acordo com Antonio Carlos de Souza Lima (1995), percebe-se a partir da observação das fotografias que a espontaneidade e a preservação da cultura indígena não são as principais preocupações da Comissão Rondon. Nota-se em várias fotografias os indígenas vestidos com roupas da “civilização”, em posição estática conforme os recursos fotográficos da época, além da presença de objetos típicos da civilização inseridos naquelas comunidades, caso dos Paresí. Todo o discurso em prol da preservação das sociedades indígenas, respeitando suas culturas e tradições, esbarra nas práticas adotadas pelos tutores visando um desenraizamento, com o suposto sentido de unidade nacional.

Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor.

Pode-se observar também a incessante tentativa dos principais membros da Comissão de mostrar aos brasileiros distantes do sertão a imagem de um indígena belo e pacífico, contrastando com a noção de barbárie que fazia parte do senso comum. O esforço dos militares se fez ainda em mostrar que “aqueles povos” possuíam condições de serem inseridos no conjunto nacional, representando assim um dos principais objetivos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios): a inserção ao meio nacional dos povos indígenas por meio da educação e da proteção legal do Estado, a tutela.

As fotografias produzidas pelos agentes da Comissão Rondon foram apresentadas ao público por uma publicação em três volumes, intitulados “Índios do Brasil”, publicados em 1946 (os dois primeiros volumes) e 1953. Nestes álbuns não há qualquer identificação de datas nas fotografias reunidas (desde 1907 até meados da década de 40) e de suas respectivas expedições. Tal construção leva o leitor a imaginar a Comissão Rondon não como um conjunto de várias expedições, chefiadas por homens diferentes, e relativas a períodos de tempo diferentes; mas sim como uma grande empreitada, que tem em Rondon o idealizador e realizador de toda a obra.

Partindo para o caso específico Paresí, temos um conjunto de 76 fotografias publicadas no volume 1 da obra “Índios do Brasil” de autoria de Cândido Mariano da Silva Rondon. Grande parte das imagens foi feita pelo Major Thomaz Reis e José Louro. As primeiras 15 imagens retratam a paisagem local, no caso, cachoeiras e rios, além de pequenos acampamentos às margens dos rios.



Seguindo a classificação de Fernando de Tacca (1999), podemos dividir esse conjunto de fotografias em três momentos: o índio selvagem, o índio pacificado e o índio integrado / civilizado. Uma análise inicial pode identificar grupos de imagens pertencentes a cada uma dessas divisões.

As primeiras imagens dos Paresí retratam basicamente o seu cotidiano, mostrando as mulheres carregando os filhos e preparando a comida. Podemos destacar nas fotografias a presença de artefatos nativos, como cestos, lanças e peneiras. É importante ressaltar que nesse momento os Paresí retratados surgem com sua vestimenta original, composta de colares transpassados nos ombros e uma pequena saia, a xiriba (no caso das mulheres). Em algumas imagens o fotógrafo se faz presente, onde os indígenas olham diretamente para a câmera, enquanto em outras se têm impressão de uma certa distância entre o observador e o observado, como se o fotógrafo não se fizesse notar na cena retratada (embora pelas condições técnicas da época, sabe-se que a pose era imprescindível para que a fotografia não saísse borrada, devido ao tempo de exposição necessário para a confecção da imagem).



A categorização desse conjunto de imagens como “índio selvagem” ocorre pela não-intervenção direta dos agentes da Comissão sobre as cenas apresentadas. As imagens das cachoeiras e paisagens do planalto dos Parecis mostram uma natureza hostil que foi desbravada pelos militares para alcançar seu objetivo; comparando com as fotografias Nambikuara, que retratam a bandoleira de Rondon flechada por um ataque desse grupo, no caso Paresí a recepção foi pacífica, segundo os relatórios da Comissão. Na falta de um índio selvagem, que os atacasse e impusesse dificuldades à expedição, constrói-se, através de imagens, uma natureza selvagem de paredões de rochas, volumosos rios e cataratas impenetráveis que só a perseverança dos agentes da Comissão Rondon poderia vencer. Com isso, o grande desafio dos militares consistiu em ultrapassar as barreiras naturais impostas no caminho, mostrando que apesar das dificuldades a missão foi concluída com êxito.

Ao analisarmos a imagem do indígena como pacificado, interessava mostrar que apesar do seu estado “selvagem” referente a uma ideia de um remoto Brasil, esses “selvagens” não eram tão agressivos como se dizia e estavam receptivos para um contato pacificador que os integrasse à nova nação que se constituía. Ao vesti-los e dar-lhes uma imagem de semelhança com os civilizados impunha-se uma condição de identidade com valores e hábitos da sociedade brasileira. Mais do que apresentá-los vestidos, era preciso apresentá-los sendo vestidos, apropriando-se de uma semelhança e aproximando-se do índio genérico integrado (Tacca, 1999: 163).



Nas imagens Paresí, o momento crucial dessa passagem ocorre na fotografia onde Rondon, acompanhado de outro militar, entrega "brindes" para os indígenas. Nessa imagem, alguns Paresí já aparecem vestidos com os "brindes", enquanto outros ainda conservam seus trajes. Para reforçar esse discurso, é suficiente a legenda da fotografia 126, posterior à citada acima: *"Depois da distribuição de roupas, os índios pareciam habitantes das cidades civilizadas"*.



Nessa imagem, todos os Paresí estão vestidos dos pés à cabeça, sendo os homens com calça, paletó e chapéu e as mulheres, saia longa e blusa de manga comprida ou vestido no mesmo padrão. Theodore Roosevelt assim descreve a atuação de Rondon:

O Cel. Rondon deu inúmeros presentes aos índios, cabendo às mulheres cortes de chita e, o que elas mais apreciavam, vidros de óleos perfumados para o cabelo, importados de Paris. À noitinha os homens improvisaram uma dança e, nesta ocasião, a maioria (houve algumas exceções) pôs de lado as roupas civilizadas e se apresentou como se não houvesse estranhos presentes (Roosevelt, 1948: 187).

As fotografias seguintes retratam o cotidiano do grupo, só que agora com um diferencial em relação ao primeiro grupo de imagens: a roupa é presença constante, seja nas imagens de mulheres socando milho no pilão ou nas das crianças. Há também imagens de mulheres trabalhando com tecelagem e fiando algodão. Podemos analisar essas imagens como parte do discurso de pacificação, onde o grupo aparece controlado sob a presença dos militares.



Nessa sequência de fotografias, segue a lógica visual de mostrar cenas da vida tribal para em seguida aparecer de forma imponente a figura de Rondon distribuindo presentes e roupas. As cenas retornam para o cotidiano da aldeia e aparecem as únicas imagens internas das casas em todo o livro.



Outra forma de analisar o discurso político da Comissão é por meio das legendas das fotografias. Somente a partir das imagens das estações telegráficas prontas, das escolas e dos índios em atividades consideradas "civilizadas", as legendas passam a conter a inscrição "Comissão Rondon". Essa inscrição pode ser interpretada como uma espécie de carimbo avalizando o trabalho realizado pelos militares; como se após as mudanças implementadas pelos agentes, tendo o objetivo proposto sido alcançado, os grupos retratados ganhassem a marca da Comissão Rondon, mostrando que a ação havia gerado resultado e as "benfeitorias" absorvidas pelos indígenas. Inicia-se assim um novo estágio de pacificação entre os Paresí: a escola de música, a aula de educação física e os instrutores.



Elizabeth Edwards (1996) coloca que o significado das fotografias pode ser, naturalmente, guiado ou sugerido por textos, envolvendo-as assim em um contexto particular. Desde o momento da sua criação, a fotografia “significa” alguma coisa, refletindo a intenção do fotógrafo.

A aula de música é feita com instrumentos de uma banda convencional, como clarinete, flauta, tuba, etc. Nota-se a presença de um professor, que rege a turma. O mapa do Brasil na parede evidencia o sentido de integração pretendida pela Comissão.



Há também imagens dos Paresí ao lado dos seus professores, especialmente da D. Olga Higgins, numa sala de aula convencional onde todos os seus alunos seguram lápis e uma menina escreve no quadro negro. O poder estatizado é imposto pela Comissão Rondon na disseminação de uma imagem de superioridade; essa imagem, sem dúvida, é personificada no próprio Rondon, seja pela Bandeira Nacional ou por um retrato - presentes nos postos indígenas e signo de uma totalidade que transcende a experiência imediata dos nativos, potência ilusória que se oferece como a única alternativa ao conflito total ou à escravidão em muitos casos (Lima, 1995:175).



Portanto, os verdadeiros pacificadores e, dessa forma, civilizadores, seriam aqueles que ensinavam

ginástica sueca, a tocar tuba, glorificar os símbolos da nação e ensinar telegrafia. Tratava-se, pois, da veiculação de noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita) e estímulo ao abandono das línguas nativas, além de se introduzir uma série de pequenas alterações no cotidiano de um povo indígena, a partir de formas de socialização características de sociedades que têm na escola seu principal veículo de reprodução cultural. O modelo de governo idealizado, e que foi em certos casos com certeza implementado, procurava atingir a totalidade das atividades nativas, inserindo-as em tempos e espaços diferenciados dos ciclos, ritmos e limites da vida indígena.

A bandeira do Brasil é um elemento constante nas imagens produzidas pela Comissão. O imaginário da proteção tem na bandeira nacional um ícone de significativa importância. Símbolo da nacionalidade, a bandeira surge em inúmeras fotos, redutíveis a duas séries básicas, pois segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1992), ou os nativos aparecem nus, sugerindo os primeiros contatos com a administração, emblemas protonacionais a serem disciplinados; ou os índios apresentam-se vestidos, junto à bandeira, símbolos de progresso e transformação social, perfilados como em cerimônias cívicas a atestar a eficácia dos métodos leigos. No caso Paresí, a bandeira nacional é colocada no segundo caso, pois surge nas salas de aula, com todos os alunos perfilados e o instrutor numa posição superior e nas estações telegráficas prontas, prova do alcance dos objetivos propostos pela Comissão.



A passagem do indígena pacificado para integrado / civilizado na documentação rondoniana é feita a partir da inserção de determinados objetos de significação nas fotografias. A presença do mapa do Brasil, tanto nas salas de aula quanto na entrada das estações telegráficas é um dos signos, assim como o ensino escolar e técnico. A presença dos Paresí trabalhando nas estações telegráficas como guarda-fios e guarda de linhas indica que a pacificação atingiu o seu objetivo de integrá-los no conceito de Estado-Nação. A transformação de um índio genérico selvagem em um índio genérico integrado foi uma prática portadora dos novos valores de construção da "pátria"; assim, o índio passa a ser trabalhador para produzir um progresso ordenado e as ações civilizatórias eram como um degrau conquistado nesse roteiro (Tacca, 1999: 247).

Com o duplo fim de fazer reverter em benefício do serviço público o trabalho da população já instalada e aclimada naqueles sertões e de colocá-las em condições de não precisar nem depender de elementos estranhos e indiferentes à ação regeneradora que sobre ela visava exercer, desde 1908, Rondon se esforçou por empregá-la na conservação das obras do trecho da linha telegráfica que se acha encravado no seu território. Dois anos mais tarde, conseguiu dos principais amores dos grupos Caxinitis e Uaimarés que viessem, com toda a sua gente, morar nas imediações das estações de Ponte de Pedra e de Utiariti, na intenção de assim lhes ficar mais fácil atenderem às necessidades dos serviços que se tinham carregado. Desde então, todos os cuidados de conservação das obras da linha, têm estado entregues a estes índios, que deles desempenham com muito zelo e inteligência. São eles que fazem a limpeza do picadão, reparam os pontilhões e estivados, manejam as balsas de travessia dos rios caudalosos e operam como guarda-fios. Por esses trabalhos, que são fiscalizados e dirigidos por empregados da Comissão, recebem eles remuneração como a que se pagaria a qualquer outro trabalhador (Comissão Rondon, 1916: 258 – 259)

Mas o principal argumento nesse sentido é a afirmação de que os indígenas são aperfeiçoáveis e podem "civilizar-se", e que, com uma boa "educação", são capazes de progredir "moralmente, intelectualmente e praticamente". Não se trata mais da catequese jesuíta. Pretende-se manter distância dos salesianos que substituíram os jesuítas, mas trata-se nada menos que de uma catequese leiga: as palavras do próprio Rondon conservam, sem contestação possível, um saudável

tom cristão de culpa e de resgate das faltas. Pode-se também considerar que as intenções educativas do SPILTN e depois do SPI em relação às populações não-indígenas participam de um controle já praticado em relação a populações camponesas, caboclas, negros libertos, mestiços de toda espécie e outros sertanejos. É preciso operar a transformação dos "nômades", índios, ou não, em "trabalhadores nacionais", isto é, em empregados dóceis e pacificados, para todos os empreendimentos de um Brasil abrindo-se às mutações da modernidade industrial e capitalista (Piault, 2001: 94).



A forma mais nítida de exemplificar o conceito de integração é pelas imagens dos indígenas fardados. A roupa militar demonstra em primeiro lugar uma relação digna entre chefias (as roupas são muitas vezes entregues ou presenteadas pelo próprio Rondon), e em segundo lugar, é uma imagem que extrapola essa situação pretendendo mostrar para um público mais amplo a relação concreta entre Comissão e os indígenas, e o vestuário assume essa função, ou seja, para um olhar externo a essa relação, o signo roupa militar no corpo do índio reforça a obra civilizatória de Rondon (Tacca, 1999: 224).



Ainda no mesmo sentido da roupa militar, as fotografias de dois Paresí como alunos do Instituto João Alfredo no Rio de Janeiro reforçam o sentido civilizatório da expedição. Essas imagens legitimam todo o discurso de Rondon, provando que os antes selvagens podem ser pacificados e finalmente integrados ao Estado-Nação brasileiro. Vale destacar que as imagens sempre implicam em uma direção total de cena e um simples movimento mais rápido de um dos índios fotografados mancharia a imagem, dando-lhe movimento. Mas as imagens são estáticas, os índios estão petrificados para a posteridade rondoniana. A representação das construções das estações telegráficas reflete o progresso chegando às regiões outrora esquecidas, e as mudanças ocorrem concomitantemente na localidade e nas pessoas.

Para Antonio Carlos de Souza Lima (1995), a postura corporal, as vestimentas, o próprio cenário das salas de aula, as fotografias de exercícios físicos, ressaltando-se a presença da bandeira – muitas

vezes os índios perfilados diante dela – e de um mapa do Brasil, são elementos constantes da imagem visual emitida pela Comissão Rondon e pelo Serviço ao longo de toda a sua trajetória. Do corpo ao território, toda superfície manipulável parece servir à inscrição de imagens no nacional.

Além da clara intenção em mostrar uma perfeita vida escolar é fundamental destacar o modo como as fotografias engendram uma suposta eficiência na disciplinarização dos alunos, seguindo a lógica proposta da incorporação dos índios à sociedade englobante. Funcionando também dentro desta doutrina, os símbolos do que seria “nacional” encontram-se presentes tanto dentro das salas de aula sob a forma de mapas e bandeiras do Brasil, como um poder disciplinatório do corpo, exemplificado nas imagens das aulas de ginástica sueca que refletem o rigor da postura militar. As classes de música e os instrumentos musicais completam as buscas civilizatórias rondonianas, uma vez que, durante as expedições, era comum colocar gramofones em alto volume tocando o hino nacional em uma das tentativas de divulgar o poderio da Comissão Rondon.



Quando se afirma que os grupos isolados “conservam” sua integridade sócio-cultural, entende-se que eles mantêm atuantes mecanismos cognitivos e organizacionais por meio dos quais são capazes de *interpretar* e de se *adaptar* às situações das mais diversas e constantemente renovadas. O que é conservado intacto – ou, o que é abalado pela situação de dominação – é a dinâmica própria a cada cultura e não necessariamente um acervo de traços originais (Carneiro da Cunha, 1986, grifos meus). Se a lógica da integração pregada pela Comissão Rondon tivesse sido bem sucedida, hoje não teríamos grupos diferenciados, cada um no seu meio cultural. A lógica da adaptação de forma consciente pelos índios, e não de uma simples explicação pela dominação cabe na análise dos processos recentes de contato.

Memória e história Paresí em fotografias da Comissão Rondon

A representação política de todo o processo de pacificação e integração do índio à sociedade brasileira foi a base do trabalho imagético da Comissão Rondon. A ideia de mostrar o índio genérico reforça o conceito de desenraizamento da sua cultura. Essa política era considerada a mais eficaz na época para lidar com a “questão indígena”. Com isso, podemos analisar que, após cem anos da ocorrência desse processo, as sociedades indígenas continuam a existir com suas especificidades e seus meios culturais.

As imagens não falam por si sós, mas expressam e dialogam constantemente com modos de vida típicos da sociedade que as produz. Neste diálogo elas se referem a questões culturais e políticas fundamentais, expressando a diversidade de grupos e ideologias presentes em determinados momentos históricos. Por meio da análise dessas imagens entende-se melhor as mudanças e transformações por que passaram os diferentes grupos sociais.

É pelos signos fornecidos pela cultura que se constrói a memória de um grupo social, num trabalho seletivo complexo que armazena fatos depois de transformados em algum tipo de texto; no caso da maior parte dos grupos indígenas, os fatos são repassados através de histórias e mitos, num sistema de transmissão oral, de geração para geração. As imagens fotográficas têm exercido papel significativo nesse processo de seleção e registro do que deve ser armazenado e se constituem num útil sistema de transmissão da memória para alguns grupos sociais.

As imagens iniciais mostrando as cachoeiras, rios e trilhas da região da Chapada dos Parecis chamaram a atenção dos indígenas, que tentavam identificar os lugares documentados para poderem contar a sua experiência com aqueles locais, estabelecendo uma relação de proximidade com a história apresentada pelas fotografias da Comissão Rondon. Um dos assuntos abordados recaía sobre as semelhanças e diferenças entre as fotografias e a situação atual. Além de identificar as cachoeiras, os Paresí reconstruíram toda uma história sobre os locais, dando a direção e os meios para alcançá-los, numa demonstração de conhecimento compartilhado com a história vivida por Rondon.



O cotidiano das aldeias documentado pelas lentes dos fotógrafos da Comissão Rondon gerou dois tipos de discursos entre os Paresí, diretamente ligados ao conceito de cultura tradicional, tema recorrente nas conversas expressando os anseios dessa sociedade. O primeiro discurso procurava identificar os objetos que compunham os cenários retratados, como cestos, cabaças, peneiras e redes enfatizando que estes itens continuam fazendo parte da vida Paresí. A presença de flechas nas fotografias foi imediatamente notada, pois constitui uma peça importante para os indígenas que a penduram no centro da casa e, se ela se quebrar é sinal que algo ruim acontecerá para o grupo. Certos comportamentos documentados nas fotografias também foram objetos de análise por parte dos Paresí, como as mulheres deitadas na rede, o ato de socar grãos no pilão e de fiar o algodão para a confecção de artefatos.



A leitura realista oferece à mão descrições do espaço, de práticas e de personagens pra serem vistos como representações dos grupos sociais. A leitura realista do documento artístico reproduz a representação evidente que já existia, o fato. A leitura é a soma das descrições levantadas ingenuamente e não se reconhece – como não reconhece as descrições – como possível representação.

Os elementos presentes nas imagens que foram de alguma forma apontados e destacados pelos Paresí, ao observá-las, expressam a identificação dos indígenas com os seus pares de gerações anteriores. Todo o discurso voltado para aspectos tradicionais da cultura Paresí realça a preocupação dessa sociedade em mostrar que preserva os mesmos costumes dos seus antepassados. O conceito

de tradicional é recorrente no discurso Paresí, sendo apropriado nesse trabalho como parte dos termos nativos utilizados para estabelecer a relação nós / outros. Mais do que enfatizar a cultura indígena, o objetivo principal é discriminá-la como uma cultura Paresí.

Uma das propostas dos Paresí, inserida no contexto da cultura tradicional, é a recriação dos artefatos da mesma forma que foram documentados por Rondon. Como tudo que é relacionado ao período da Comissão Rondon é valorizado entre os Paresí, a produção de artesanato, atualmente, é vista como uma das formas de recuperação e afirmação dos aspectos tradicionais mais latentes da cultura Paresí. A classificação do que seria tradicional ou não é parte dos discursos, obedecendo uma lógica de ancestralidade. Nesse sentido, as imagens da Comissão Rondon reforçam a importância de afirmação e preservação do que estava retratado naquela situação. Além de considerar as atitudes de Rondon e tudo que envolve o seu nome como ideais em termos de angariar benefícios para os indígenas, a representação dos Paresí em atos cotidianos também foi apropriada como o seria originalmente concebido como a essência dos Paresí. A ordem das indagações dos Paresí sobre esse tema privilegia o antigo como tradicional e, conseqüentemente, mais importante para efeito de conservação para as gerações futuras.

A discussão sobre a categoria tradicional na sociedade Paresí apresenta um aspecto conflituoso envolvendo as diferentes gerações. Há uma clara preocupação por parte dos mais velhos em conscientizar os jovens Paresí sobre a importância da valorização da cultura tradicional. Uma das fontes de reclamações é o suposto desinteresse dos jovens em aprender com os mais velhos sobre a história e os costumes Paresí. Por mais que esse tipo de desavença esteja presente, nas situações envolvendo pessoas externas à aldeia os jovens são os primeiros a se apresentar portando artefatos tipicamente Paresí, contrariando a acusação de que exista um desinteresse pelas tradições indígenas.

A fotografia que representava o Major Libânio mereceu um olhar mais apurado dos Paresí. O cacique Paresí trajando vestimentas imediatamente identificadas como tradicionais, com colares transpassados no peito, foi identificado como um dos principais representantes dos Paresí, àquele que esteve ao lado de Rondon. Mesmo com o discurso sobre a preservação da cultura tradicional, toda referência a esse cacique era alusiva a patente militar conferida a ele por Rondon. Nenhum indígena se referiu a ele como cacique Libânio, mas sim como major. A flecha em suas mãos foi o outro item apontado, por fazer parte da cosmologia Paresí até hoje.



A imagem do Major Libânio serviu como exemplo para os indígenas mostrarem aos outros os adereços que compunham as vestimentas Paresí. Foi colocado que o uso de colares transpassados era compartilhado por todos, não apenas exclusivo aos caciques. O tipo de sementes utilizadas para a confecção dos colares e os usos dessas peças pelos Paresí contribuíram para a discussão sobre o que é considerado tradicional dentro da sua cultura para ser passível de ser mostrado aos outros. A mudança dessa perspectiva considerada original dentro da cultura Paresí para o uso das roupas, atualmente, é colocada com um tom ligeiramente depreciativo, expressando um sentimento de perda para o grupo. Mas ao colocar esse tom de perda em confronto com as imagens do Rondon distribuindo roupas aos indígenas, fornece um outro parâmetro de análise. São dois discursos descolados um do outro sobre o mesmo tema; o fato de Rondon ter dado roupas aos Paresí é visto

como a preparação para o contato com os brancos, e o fato dos Paresí terem modificado alguns hábitos ao longo do tempo é analisado como perda cultural, sem que o primeiro seja visto como causa do segundo.



Os Paresí retratados nas fotografias despertaram a curiosidade não apenas em relação ao meio de vida indígena de cem anos atrás. Além de observar os detalhes das imagens, havia a preocupação em identificar os indígenas que ali estavam representados. De acordo com Walter Benjamim (1978), no culto da lembrança dos seres queridos, afastados ou desaparecidos, o valor de culto das imagens encontra seu último refúgio. Perguntas sobre as lendas eram frequentes, e a não-identificação nominal de cada um causou descontentamento entre todos os Paresí. Somente a fotografia do Major Libânio continha o nome, as outras geralmente eram seguidas de legendas vagas, identificando o grupo Paresí ou no máximo dando a denominação dos subgrupos.

Os questionamentos sobre o nome dos indígenas procuravam estabelecer relações de parentesco com os Paresí fotografados por Rondon. À medida que não seria cabível fazer essa relação pelo nome, possíveis semelhanças físicas e de fisionomias foram apontadas como traços para promover laços de parentesco e de certa forma participar mesmo que indiretamente de um momento considerado histórico para os Paresí. A experiência visual do homem quando diante da imagem de si mesmo, retratado por ocasião das mais corriqueiras e importantes situações do passado, leva à reflexão do significado que tem a fotografia na vida das pessoas.

As conjecturas em torno do parentesco não são feitas somente em relação aos Paresí que conviveram com a Comissão Rondon, pois algumas histórias incluem o próprio Rondon. Relatos sobre os muitos filhos indígenas que Rondon teria pelo Mato Grosso são comuns, enumerando as aldeias e os grupos indígenas onde haveria filhos do marechal, além dos que viveriam em Cuiabá, ressaltando que todos são indígenas. Durante várias partes da conversa sobre Rondon, Antonio Zonizare se coloca como neto de Rondon, dizendo que o conheceu quando era criança, demonstrando a importância dessa relação de parentesco (confirmada ou não) entre os Paresí e Rondon.

Primeiramente, meu avô General que chegou na Aldeia Queimada distribuindo pólvora, muitas coisas (...)

Depois que fiquei grandinho, mamãe contava pra mim: "General é seu avô" (...) Quando ele me conheceu criança lá no posto do Sararé, ele me deu muitas coisas (Antonio Zonizare)

Qualquer sinal de proximidade com a história da época da Comissão Rondon é ressaltada pelos Paresí, evidenciando a importância que esse tema possui para essa sociedade. Esses fatos comprovam a transformação desse período e, especificamente, do Rondon em tipos ideais. Tudo que envolve a Comissão Rondon e o personagem – símbolo desse período é analisado positivamente, servindo como modelo a ser seguido para o bom desenvolvimento das relações estabelecidas entre os Paresí e a sociedade não-indígena.

Considerações finais

Esta pesquisa junto aos Paresí da aldeia Rio Formoso procurou mostrar como são formuladas as relações de identidade de acordo com os agentes a quem essa identidade indígena, ou melhor, identidade Paresí será apresentada.

A partir de um momento específico da história dos Paresí inerente a outros grupos indígenas da região – a Comissão Rondon – busquei estabelecer a partir dos discursos sobre aquele período determinado não a história recontada da época do Rondon, mas sim a partir do que foi falado sobre o Rondon perceber que na verdade os Paresí falavam dos seus anseios e desejos por melhorias na aldeia nos dias de hoje. A eleição da Comissão Rondon como a época perfeita se contrapõe a todas as queixas feitas pelos Paresí sobre as perdas acumuladas ao longo do tempo.

O discurso vigente entre os Paresí do Formoso em nada coincide com os objetivos e realizações da Comissão Rondon. A percepção dos indígenas em oposição aos relatórios oficiais da época produz não uma nova história acerca desse contato, mas sim a transformação de um personagem agora histórico – o Rondon – em mito dentro da aldeia. Todos os aspectos que são colocados de forma relacional entre Rondon e qualquer outro tema mostram que Rondon é o exemplo a ser alcançado, como um parâmetro de modelo a ser seguido em prol de melhorias para as sociedades indígenas.

A experiência compartilhada pelos Paresí sobre a Comissão Rondon se formou a partir da memória construída e transmitida ao longo do tempo através das histórias contadas na aldeia. O uso de imagens nessa pesquisa se mostrou fundamental para a manutenção dessa história e, em alguns casos, serviu como comprovação para os indígenas de fatos que alguns só conheciam através de relatos. Ter visualmente o contato com Rondon e os Paresí daquela época garantiu um novo enfoque aos depoimentos, suscitando questões que dificilmente seriam abordadas sem o auxílio das fotografias.

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior (Kossoy, 2001). O trabalho de recuperação da memória histórico-sociológica indica que é importante considerar a maneira como o grupo estudado encara o uso da imagem no processo de registro e transmissão do passado. A forma como o grupo transforma fatos em textos memorizáveis por meio de signos fotográficos pode fornecer pistas para o entendimento da lógica interna e da trajetória do grupo em questão.

♦ Agradecimentos ao Museu do Índio / FUNAI pela cessão das fotografias da Comissão Rondon.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carolina Pucu de. A construção visual do imaginário sobre os índios na primeira república: a experiência rondoniana. **Rascunhos da História**, Rio de Janeiro: PUC, 1998.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**, 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

COMISSÃO RONDON. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas** (sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915). Rio de Janeiro: Typ do

Jornal do Commercio, 1916.

COMISSÃO RONDON. **Historia Natural: Ethnographia** (pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon – Chefe da Comissão). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1947.

COSTA, Romana Maria Ramos. **Cultura e Contato: Um estudo da sociedade Paresí no contexto das relações interétnicas**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985. [Dissertação de Mestrado]

COSTA, Romana e MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Os Paresí. In: **Dossiê – Índios em Mato Grosso**. Cuiabá: OPAN, CIMI / MT, 1987.

CUNHA, Edgar Teodoro da. Índio imaginado: cinema, identidade e auto-imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, 12: 39 – 50, 2001.

EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e Fotografia. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, 2: 11–28, 1996.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Quando cultura se torna um conceito nativo: Algumas reflexões sobre os Paresí na contemporaneidade**. Rio de Janeiro, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Introdução. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **História e Imagem**. Rio de Janeiro, 1998.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

JORDAN, Pierre. **Premier contact – Premier regard**. Marseille: Musée de Marseille / Images en Manluvres Editions, 1992.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. **Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxinití, grupos Paresí**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994. [Tese de Doutorado]

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo: Edusp, 1993.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso de imagens na antropologia. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Cidadania, racismo e pluralismo: a presença das sociedades indígenas na organização do Estado-Nacional brasileiro. In: ____ **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Memória em imagens: uma evocação do passado. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Imagem e memória: Ensaio em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PIAULT, Marc-Henri. O corpo nu dos índios e o soldado redentor: da indianidade e da brasilidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, 12: 87 – 117, 2001.

PIAULT, Marc Henri. Real e ficção: onde está o problema? In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Imagem e memória: Ensaio em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

REIS, Luiz Thomaz. Serviço Antropométrico. In: VASCONCELOS, Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca. **Expedições ao Rio Ronuro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação nº 90, Imprensa Nacional, 1945.

RIBEIRO, Darcy. **O Indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, Serviço

de Documentação, 1958.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, 1946.

ROOSEVELT, Theodore. **Nas Selvas do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 2ª edição, 1948.

ROQUETTE-PINTO. Edgar. **Rondônia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª edição, 1935.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907 – 1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul. – set. 2008.

SCHMIDT, Max. **Los Paressís**. In: Revista de la Sociedad Científica del Paraguay. Asunción, v.6, n.1, 1943.

TACCA, Fernando Cury de. **O feitiço abstrato: Do etnográfico ao estratégico, a imagética da Comissão Rondon**. São Paulo: Unicamp, 1999. [Tese de Doutorado]

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.